



ESTADO DO PARANÁ

# Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO APROVADO EM SESSÃO

DE 16 / 03 / 15

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Protocolo No: 1029 / 2015  
Data/Hora: 12/03/2015 / 14:01  
Projeto de Lei: 1226/15  
Assunto: Licença Especial Judicial  
Responsável: Poder Executivo  
Assessor: Gerson Francisco Gusso  
Câmara M. Três Barras do Paraná

**PROJETO DE LEI Nº 1226/15**  
**Data 11/03/15**

**Súmula.** Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar acordo judicial, nos autos de ação de cobrança de Licença Especial (Prêmio), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ APROVOU E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

## LEI

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná, autorizado a fazer acordo judicial nos autos de ação de cobrança de licença especial (prêmio) como abaixo especificamos:

Nome	Autos	Tipo de Ação	Valor (R\$) atualizado	Valor (R\$)
Erni Cassol Ludvichak	0002179-94.2014.816.0065	Cobrança	6.945,93	6.000,00

**Parágrafo único.** O acordo tem como base o termo de conciliação de acordo que será firmado entre as partes.

**Art. 2º.** O valor do acordo é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser pago até a data de 29/05/2015.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, como abaixo especificamos:

03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
0412200032.006	Ações de Natureza Administrativa
3.390.91	Sentenças Judiciais

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de março de 2015.

**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

**JUSTIFICATIVA**  
**PROJETO DE LEI Nº 1226/15**

Visa o presente Projeto de Lei, obter autorização para que o Município possa celebrar acordo judicial nos autos de ação de cobrança de Licença Especial (Prêmio).

A servidora referida neste Projeto de Lei ingressou com a ação de cobrança, visto que a Lei nº 1120/14 de 26/10/14, que definiu condições de pagamento aos servidores efetivos de Licença Especial (Prêmio) não gozada, é posterior a rescisão do contrato empregatício da mesma.

O valor a ser pago é quase que a totalidade do valor atribuído, até porque o Município já reconhece o direito.

Diante do exposto, esperamos que este Projeto de lei, seja aprovado em sua totalidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de março de 2015.

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
PREFEITO MUNICIPAL